

PARECER CONTROLE INTERNO

A Sra. **NEUMA MARIA DA COSTA GUEDES**, Auditor Geral – CI CPC-DAS-06, responsável pelo Controle Interno do Município de Tomé-Açu-PA, nomeada através do DECRETO Municipal - PMTA de 03 de JANEIRO de 2022, no cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal de 1998, no Art. 53 da Lei Municipal 1.920/2007, e demais normas que regulam as atribuições do Controle Interno. Declara que analisou integralmente o Processo Licitatório na Modalidade Tomada de preços nº 2/2022-0606001, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DA E.M.E.I.F. PAULINO FONTENELES, LOCALIZADA NA AV. BENIGNO GÓES FILHO, SEDE DO MUNICÍPIO, REFORMA E ADEQUAÇÃO DA CREI CRECHE MUNICIPAL TIPO B CRIANÇA FELIZ, LOCALIZADA NA AV. SABUROSHIBA, MACROZONA DO NÚCLEO URBANO DE QUATRO BOCAS, E REFORMA E ADEQUAÇÃO DA CREI CRECHE MUNICIPAL TIPO B JURACY DA SILVA TAVARES, LOCALIZADA NA TRAV. PRIMEIRO DE SETEMBRO, SEDE DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA, CNPJ: 05.196.530/0001-70, conforme Contratos abaixo discriminados.**

Contrato nº 20220622 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB, celebrado com a empresa **CONSTRUTORA RIBEIRO E GONÇALVES LTDA**, CNPJ: **18.678.719/0001-41**, com o valor global de **R\$ 1.125.653,76** (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos).

Contrato nº 20220623 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB, celebrado com a empresa **A DA CRUZ PEIXOTO ENGENHARIA LTDA**, CNPJ: **25.046.858/0001-18**, com o valor global de **R\$ 669.864,27** (seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos).

Contrato nº 20220624 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB, celebrado com a empresa **LOCALIZEER SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DE VEÍCULOS EIRELI**, CNPJ: **35.119.757/0001-83**, com o valor global de **R\$ 739.979,04** (setecentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e nove reais e quatro centavos).

Todos com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93.

A modalidade adotada no processo licitatório foi TOMADA DE PREÇOS, instituído nos termos do art. 37, da Constituição Federal, regulamentado pelo Art. 22, inciso II, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(X) Revestido de todas as formalidades legais nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, tendo em vista constar todos os documentos exigidos para o procedimento, bem como constar parecer jurídico favorável, este Controle Interno não tem outro senão acompanhar parecer jurídico quanto a legalidade do procedimento, estando desta forma apto a gerar despesas para esta municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo;

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, ainda, que após a análise dos autos do processo, recomenda Publicação no Portal do Jurisdicionado do TCM/PA e Portal de Transparência do Município de Tomé-Açu.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Por fim, ressalta que as informações elencadas desde o início de todo o Processo até sua conclusão, são de inteira responsabilidade e veracidade da Comissão Permanente de Licitação, departamento que conduziu/gerenciou todo o processo licitatório. Desta feita, retornem-se os autos à Comissão Permanente de Licitação, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento, e também a publicação do extrato do contrato em jornais de grande circulação, mínimo de 03(três).

Tomé-Açu/PA, 11 de julho de 2022.

Responsável pelo Controle Interno:

Neuma Maria da Costa Guedes
Auditor Geral – CI CPC-DAS-06